

PRODUÇÃO DE CARTA ARGUMENTATIVA NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE INTERAÇÃO SOCIAL

PRODUCTION OF ARGUMENTATIVE LETTER IN SCHOOL: A PROPOSAL FOR SOCIAL INTERACTION

Juliana Sales Jacques¹

Liane Batistela Kist²

Resumo: *O presente artigo parte de um relato de experiência a partir da produção de uma carta argumentativa (KÖCHE et al., 2010), realizada em sala de aula, como proposta de atividade de escrita que vê no uso concreto da linguagem uma possibilidade de interação social. Objetiva-se, através deste artigo, investigar de que forma a prática de produção textual pode potencializar a interação em uma situação específica de comunicação, bem como analisar de que modo pode-se trabalhar a produção de textos argumentativos na escola, utilizando a linguagem como forma de prática social. Nesse sentido, o estudo de caso ora apresentado parte da reflexão de uma situação concreta de ensino de Língua Portuguesa através da produção textual. Por conseguinte, os resultados apontam que a atividade de produção da carta argumentativa propiciou a participação ativa na vida social e na tomada de decisões, através do uso da linguagem. Desse modo, abordou-se a utilização da linguagem como forma de interação social, que se fortaleceu através do processo de interlocução.*

Palavras-chave: *Produção textual; Carta argumentativa; Interação social.*

Abstract: *The current essay an experience report from the production of a letter argumentative (KÖCHE et al., 2010), held in the classroom, as proposed writing activity that sees concrete use of language is a possibility of social interaction . The purpose is, through this article, investigate how the practice of writing can enhance the interaction in a specific situation of communication, as well as explore how you can work the production of argumentative texts in school, using language as form of social practice. In this sense, the case study presented here part of the reflection of a concrete situation of Portuguese Language teaching through textual production. Therefore, the results indicate that the activity of production of argumentative letter led to active participation in social life and in decision-making through the use of language. Thus, addressed the use of language as form of social interaction, which was strengthened through the process of dialogue.*

Keywords: *Text production; Argumentative letter; Social interaction*

¹ Professora-Pesquisadora da Equipe Multidisciplinar da Universidade Aberta do Brasil na Universidade Federal de Santa Maria – UAB/UFSM. Licenciatura em Letras/Português e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFSM, Santa Maria/RS, Brasil, e-mail: juletras.jacques@gmail.com

² Professora Assistente do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria- MEN/CE/UFSM. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS, Brasil, e-mail: lianekist@yahoo.com.br

1 Introdução

O cenário de ensino de língua portuguesa, em geral, tem sido pautado historicamente por práticas descontextualizadas³, cujo enfoque tem abordado o ensino dos aspectos prescritivos - nomes e regras - e dos aspectos analíticos - análise de funções e elementos. Práticas de leitura e escrita são deixadas em segundo plano e, quando desenvolvidas, não estimulam a motivação dos estudantes, visto que apresentam temas repetitivos e sem um propósito de utilização real da língua.

Ressalta-se, entretanto, que as práticas de leitura e produção de textos na escola devem atender às necessidades de utilização da linguagem como forma de interação social. Com esse propósito, os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) destacam que, em uma realidade marcada por informações imediatas, a reflexão sobre as linguagens e seus sistemas, articulados por múltiplos códigos, e sobre os processos de utilização da linguagem na ação comunicativa, é fundamental para garantir a participação ativa do indivíduo na sociedade, alcançando assim a cidadania desejada.

No que diz respeito ao uso do sistema escrito, afirma-se que:

aprender a escrever, envolve, como o aprendizado de qualquer habilidade, a prática, a reflexão sobre a prática e a prática do aperfeiçoamento do que se pratica; por isso, é preciso escrever para aprender a escrever e para aprender a refletir sobre o que escreveu. (KÖCHE et al., 2010, p. 8)

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - OCNEM (2006, p. 24), “por meio das atividades de compreensão e produção de texto, o sujeito desenvolve uma relação íntima com a leitura e a escrita, fala de si mesmo e do mundo que o rodeia, o que viabiliza nova significação para seus processos subjetivos.”

Nesse sentido, pretende-se com este estudo investigar o modo como a prática de produção textual pode potencializar a interação em uma situação específica de comunicação. O objetivo específico centra-se em analisar de que modo pode-se trabalhar a produção de textos argumentativos na escola, utilizando a linguagem como forma de prática social.

Para isso, este trabalho partiu da análise de cartas argumentativas produzidas por um grupo de estudantes do ensino médio de uma escola pública de Santa Maria, no sentido de perceber como a produção desse gênero textual pode permitir a utilização da língua como

³ Trata-se aqui da concepção de contexto cognitivo, o qual Koch (2002) define como o conjunto de situações sustentadas no entrelaçamento de linguagem, cultura e organização social. Na interlocução, o compartilhamento dos contextos cognitivos é crucial para a compreensão do discurso.

prática social. A atividade de produção textual foi desenvolvida durante o Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa, componente do curso de Graduação em Letras Português e Literaturas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Para fundamentar o estudo, parte-se da concepção da linguagem como forma de interação social, avançando para o estudo dos gêneros textuais⁴ na comunicação, para o agrupamento tipológico da ordem dos gêneros do argumentar e para as especificidades do gênero carta argumentativa. Depois disso, segue-se com a apresentação da atividade de produção da carta realizada pelos alunos e com os resultados obtidos através dessa atividade.

2 Fundamentação teórico-metodológica

O estudo ora apresentado neste artigo parte da reflexão de uma situação concreta de ensino de Língua Portuguesa, isto é, de um estudo de caso que, conforme Gil (2007, p. 73) procura explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, assim como descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação. O estudo de caso em questão trata-se da análise e avaliação de uma atividade de produção de texto realizada no âmbito da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa, componente do curso de Graduação em Letras Português e Literaturas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). Nas próximas seções, apresentar-se-ão os referencias teóricos que embasam este estudo.

2.1 A linguagem como forma de interação social

A rigor, com base nos estudos teóricos da área, há três possibilidades distintas de se conceber a linguagem. Segundo Geraldi (2005), pode-se considerar a linguagem como expressão do pensamento, em que só há expressão se houver pensamento; a linguagem como instrumento de comunicação, na qual a língua é vista como um conjunto de signos combinados a regras, capaz de transmitir determinada mensagem ao receptor; e a linguagem como forma de interação, cuja principal função é a de promover a interação humana. Essa concepção enfatiza que, por meio da linguagem, o falante age sobre o ouvinte, constituindo a relação social.

⁴ Ao longo do texto, tomar-se-ão as expressões “gêneros textuais” e “gêneros discursivos” como sinônimas.

Situando-se nesta última vertente, tem-se na utilização da linguagem a possibilidade de interação social, através de uma situação comunicativa. Nesse contexto, o mesmo autor “situa a linguagem como o lugar de constituição de relações sociais, onde falantes se tornam sujeitos” e sua principal função é o ato comunicativo (GERALDI, 2005, p. 41). Muitos linguistas vêm pondo em evidência a função social da linguagem, conforme enfatiza Ingedore Koch:

o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de comunicar-se com os seus semelhantes, de estabelecer com eles relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas maneiras, enfim, de interagir socialmente por meio do discurso. (KOCH, 2011, p. 15)

Para a autora, quando se utiliza a linguagem como meio de interação, pretende-se sempre alcançar um objetivo, atingir determinados fins. Através dessa articulação, deseja-se estabelecer relações, interferir ou desencadear comportamentos sobre o outro, de modo a obter dele determinadas reações. Essa interação social ocorre através dos gêneros textuais utilizados para estabelecer a comunicação desejada.

Ressalta-se que a escrita com o foco na interação é vista como produção textual, cuja realização exige mobilização de ações estratégicas pautadas no conhecimento do produtor. Em outras palavras, isso quer dizer que o produtor, de modo não linear, reflete sobre o que vai escrever ao seu leitor, lê o que escreveu, reescreve o que julga necessário, tudo isso em um movimento constante guiado pela perspectiva da interação (KOCH, 2011).

Ainda, segundo a autora, a concepção de linguagem como forma de ação ou interação

é aquela que encara a linguagem como atividade, como forma de ação, ação inter-individual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes. Trata-se, como diz W. Geraldi (1991), de um jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e é no interior do seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo (KOCH, 2008, p. 7).

Ainda, na percepção da autora, a interação social através da linguagem está diretamente relacionada com o ato interlocutivo, que se dá na ação dialógica entre um emissor e um receptor. Esse processo fundamenta-se na força argumentativa dos enunciados produzidos, pois o ser humano possui a capacidade racional de avaliar, julgar, criticar e atribuir juízos de valor, a fim de estabelecer determinadas conclusões.

Na concepção interacionista da língua, tanto aquele que escreve como aquele para quem se escreve são considerados sujeitos da ação social. Desse modo, a produção textual, pautada na utilização da linguagem como forma de interação social, requer o uso de muitas estratégias no desenvolvimento da comunicação, como, por exemplo: conhecimento dos componentes da ação comunicativa; seleção, organização e desenvolvimento das ideias no texto; balanceamento entre informações explícitas e implícitas; e revisão constante da escrita, a fim de manter o objetivo da produção e alcançar a interação pretendida. (KOCH, 2011).

2.2 Os gêneros textuais na comunicação

A perspectiva interacionista vê a linguagem como um lugar de interação humana e, assim, os gêneros textuais exercem papel fundamental dentro dessa perspectiva, visto que desenvolvem habilidades linguísticas e ampliam a participação social do indivíduo. Entende-se por gêneros textuais enunciados mais ou menos estáveis, com 3 dimensões (tema, estilo e estrutura composicional), caracterizadas como entidades evocadas pelos sujeitos para fins interativos. Afirma-se que:

a natureza dos gêneros é variada, e estes recebem diversas designações, como carta pessoal, receita culinária, bula de remédio, romance, conto, reportagem, notícia, editorial, resumo, resenha, esquema, horóscopo, cardápio de restaurante, sermão, conferência, aula expositiva, conversação, reunião de condomínio, entre outros. Pode-se mesmo dizer que são ilimitados, visto que também são infinitas as situações comunicativas que requerem sua utilização (KÖCHE et al., 2010, p. 11).

A escolha do gênero depende da intencionalidade do interlocutor no ato comunicativo, ou seja, “da intenção do sujeito e da situação sociocomunicativa em que está inserido: quem ele é, para quem escreve, com que finalidade e em que contexto histórico ocorre a comunicação” (KÖCHE et al., 2010, p. 11). Nesse sentido, os gêneros textuais são enunciados fundamentais na interação social, visto que dão suporte ao processo de comunicação em diferentes esferas e contextos.

De acordo com Schneuwly & Dolz (2004), através dos gêneros os sujeitos dialogam para agir discursivamente no mundo. Esses gêneros caracterizam-se pelo conteúdo temático, pelo estilo e pela construção composicional, e cada um desses elementos flexiona-se conforme a vontade enunciativa ou a intenção do locutor.

Nesse sentido, ao produzir um texto, o produtor deve optar pelo gênero que mais sintoniza com a ação discursiva pretendida. Em outras palavras, em uma produção textual, há três condições de produção que precisam ser claramente definidos: para quem se escreve, qual a finalidade da escrita e o que se quer dizer com ela. A partir dessas definições, opta-se pela composição que melhor comporta o desenvolvimento da produção.

Ressalta-se que os gêneros textuais, tanto na modalidade oral como na escrita, são instrumentos essenciais para a interação social, visto que dão suporte verbal às inúmeras situações comunicativas dos indivíduos. Com base nesse aspecto, vale ressaltar a afirmativa de Bakhtin (1992, p. 302): “se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.”.

Quanto à construção composicional, Schneuwly e Dolz (2004) propõem que se agrupem os gêneros textuais a partir de seus aspectos tipológicos, constituindo-se assim o seguinte conjunto:

- *Gêneros da ordem do narrar*: mimeses da ação através da criação de intriga, cujo domínio social de comunicação está na cultura literária ficcional. Essa ordem apresenta gêneros como: fábulas, lendas, novelas, contos, entre outros;
- *Gêneros da ordem do relatar*: representação pelo discurso de experiências vividas, situadas no tempo, expressas na documentação e na memorização das ações humanas. Pertencem a essa ordem gêneros como: relatos de experiência, testemunhos, notícias, reportagens, crônicas, etc.;
- *Gêneros da ordem do argumentar*: sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição, constituídas na discussão de problemas sociais controversos. Textos de opinião, diálogos argumentativos, cartas de reclamação, são alguns gêneros que pertencem à ordem do argumentar;
- *Gêneros da ordem do expor*: apresentação textual de diferentes formas dos saberes, com o objetivo de transmitir e construir conhecimentos. Dentro dessa ordem estão os gêneros: seminários, conferências, artigos, relatórios, entre outros;
- *Gêneros da ordem do descrever ações*: regulação mútua de comportamentos, sob o domínio social de instruir e prescrever. Os gêneros dessa ordem são: instruções de uso, regras, receitas, regulamentos, etc.

Segundo os autores, esses agrupamentos não são isolados, ou seja, não há como classificar um gênero de forma absoluta em um único agrupamento. Pode-se apenas definir

alguns gêneros que podem ser protótipos para cada agrupamento, a fim de auxiliar teoricamente nas escolhas dos gêneros e na sua organização em uma progressão.

2.3 Gêneros da ordem do argumentar

Entende-se por argumentação o desenvolvimento de ações comunicativas que, através da linguagem, têm o propósito de defender um ponto de vista, sustentando uma determinada opinião. Koch (2011, p.17), afirma que “o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo.” Em outras palavras, a autora afirma que o ato de argumentar significa estabelecer o discurso pautado em ações dotadas de intencionalidade.

A ordem do argumentar pertence à tipologia dissertativa que

[...] utiliza o poder de convencimento para que o leitor tome uma determinada posição em relação ao tema. O tempo verbal mais usado é o presente do indicativo, pois aborda um assunto que faz parte do contexto comunicativo em que se situa o enunciador. [...] faz uso de operadores argumentativos que possibilitam articular o texto com coerência e coesão (KÖCHE et al., 2010, p. 22)

No momento em que o falante emite um enunciado, o mesmo é dotado de uma intencionalidade que faz parte de uma situação específica de comunicação. Esse ato comunicativo, pautado na intencionalidade, dá-se através da pretensão em convencer ou persuadir, o que fundamenta a argumentação. De acordo com a intencionalidade, estabelecem-se as relações argumentativas dentro de um texto, e essas relações implicam a apresentação de justificativas, explicações, razões relativas às enunciações anteriores (KOCH, 2011).

Dentro dessa perspectiva, a mesma autora afirma que as sequências argumentativas são aquelas que se constituem de uma sequência ideológica de argumentos e/ou contra-argumentos. Essa sequência inclui mobilizadores, recursos linguísticos conectores de opinião que sustentam determinado ponto de vista, como, por exemplo, os verbos e os operadores argumentativos. Cada gênero, conforme a necessidade comunicativa, utiliza algumas dessas ordenações em sua constituição.

Partindo dessa concepção, tem-se na utilização dos operadores argumentativos a organização sequencial do texto e a relação que se estabelece entre as ideias expostas.

Ressalta-se que “o emprego adequado dos operadores argumentativos garante a produção de um texto coeso e coerente.” Sendo assim, são essenciais na produção textual, em especial, nos gêneros das ordens do argumentar e do expor (KÖCHE et al., 2010, p. 103).

2.3.1 A carta argumentativa

Dentro da ordem do argumentar, destaca-se o gênero carta argumentativa “no qual o emissor se dirige a um receptor específico para reclamar, solicitar algo ou emitir uma opinião” (KÖCHE et al., 2010, p. 45). Portanto, a argumentação implica em defender, sustentar uma posição a fim de convencer ou persuadir o interlocutor.

Esse gênero segue as características da tipologia dissertativa, com o respaldo de que há um interlocutor específico, para quem o locutor irá direcionar sua argumentação. Dessa forma, é necessário atentar para certas especificidades que constituem a interlocução e isso inclui a utilização de certos recursos linguísticos (como pronomes e vocativos), que auxiliam na construção do diálogo.

A carta apresenta a seguinte estrutura: *local e data, vocativo, corpo do texto, despedida e assinatura*. O local e a data devem ser colocados no início da carta, ao lado esquerdo; o vocativo diz respeito ao termo adotado para referir-se ao receptor e segue abaixo do local e da data; o corpo do texto constitui-se de introdução - onde se coloca o assunto e a finalidade da carta - e de parágrafos argumentativos, que compõem a explicitação do que foi exposto; a despedida é sempre cordial e a assinatura deve contemplar o nome e o sobrenome do emissor, seguido de sua identificação profissional (KÖCHE et al., 2010).

A mesma autora ressalta que a linguagem adotada nesse gênero pode variar entre comum e cuidada:

na comum, os vocábulos utilizados são de fácil compreensão; na cuidada, a linguagem é mais trabalhada e o vocabulário mais seletivo, com uma sintaxe elaborada. A escolha vai depender do destinatário da carta e do objetivo do emissor. O tempo verbal comumente empregado é o presente do indicativo, pois esse gênero aborda questões vinculadas ao seu contexto de produção (KÖCHE et al., 2010, p. 45)

Em suma, a carta argumentativa pertence à ordem do argumentar e fundamenta-se no processo de interlocução. A finalidade é sempre de convencer ou persuadir o receptor à adesão de uma afirmativa e, de acordo com a intencionalidade, o emissor lança mão de recursos linguísticos que promovam essa aceitação e compartilhamento da ideia imposta.

2.4 A experiência com as cartas em sala de aula

Com o objetivo de utilizar a linguagem como forma de interação social, desenvolveu-se a prática de produção de cartas argumentativas. Essa atividade de produção textual foi realizada com um grupo de estudantes do ensino médio, de uma escola pública de Santa Maria, durante o Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa, como componente do curso de Graduação em Letras Português e Literaturas a Distância, da Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UFSM/UAB).

A prática de produção de cartas argumentativas teve como proposta a elaboração textual pautada na exposição de problemas enfrentados nas comunidades de cada estudante, como também na proposição de defesa das afirmativas apresentadas e na ação de solicitar uma possível solução para o problema exposto. Com o intuito de promover a reflexão sobre a temática proposta, trabalhou-se um pequeno texto fundamentado nos conceitos de Aristóteles (WOLFF, 1999), que caracteriza o homem como “zoon polítikon”, ou seja, animal político. De acordo com o texto⁵, há diferenciação entre o conceito de habitante e de cidadão, cabendo ao primeiro o estatuto de alguém que apenas mora em uma cidade enquanto que, ao segundo, cabe a definição de um indivíduo que participa efetivamente dela.

Após a leitura do texto, estabeleceu-se um diálogo-problematizador a partir do seguinte questionamento: Você se considera habitante ou cidadão de sua cidade? Inicialmente, todos os estudantes consideraram-se habitantes, alegando que ainda não votavam. Então, questionou-se se apenas o exercício do voto era considerado um ato de cidadania e, ainda, dialogou-se a respeito de alguns deveres comuns que exercemos diariamente, bem como atitudes que tomamos para conviver em sociedade. A partir desse diálogo, pontuou-se que a cidadania não está ligada tão somente ao voto, mas, sim, a atitudes e valores da vida cotidiana. Após a reflexão e discussão da temática, ao serem novamente questionados sobre o fato de se considerarem habitantes ou cidadão, todos passaram a considerarem-se cidadãos.

Depois de realizada a reflexão inicial, trabalhou-se a estrutura composicional do gênero carta argumentativa (KÖCHE et al., 2010) e, a fim de que os estudantes pudessem visualizar suas especificidades, apresentou-se, por intermédio de um data show, um exemplo

⁵ O Texto trabalhado foi elaborado pela professora Débora Marshall, licenciada em Letras/Português e Literaturas e mestre em Letras/Estudos Linguísticos pela UFSM. A produção embasou-se teoricamente na obra de Wolff (1999), *Aristóteles e a política*, e foi utilizado em práticas de produção textual.

de carta argumentativa retirado do site Central das Letras⁶. A carta endereçava-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, na época, presidente do Senado Federal. Datando do ano de 2009, a carta é assinada ficticiamente por um sujeito denominado Povo Consciente, o qual sugere, ao longo do texto, que o Senador José Sarney solicite afastamento da presidência do Senado Federal a fim de permitir maior transparência nas investigações sobre os indícios de beneficiamento ilícito, envolvendo, sobretudo, o nome do referido presidente. Além do exemplo trabalhado, fatores essenciais da textualidade foram mencionados, tais como: coerência e coesão, intencionalidade, situacionalidade e informatividade. (OCNEM, 2006). Aspectos relativos ao tipo de linguagem dominante no texto também foram abordados.

O desenvolvimento da produção ocorreu no laboratório de informática, onde a turma utilizou um editor de texto para redigir a carta. Alguns alunos, que moravam no mesmo bairro ou tinham solicitações semelhantes, optaram em realizar a tarefa em dupla ou grupo. Após a elaboração da carta, enviaram-na para o endereço de e-mail da professora, a fim de que fossem feitas sugestões de melhorias e posterior reescrita. Na aula seguinte, depois de efetuarem os ajustes sugeridos, os estudantes acessaram o site da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria e escolheram o vereador para o qual desejavam enviar a carta.

A proposta de produção textual desenvolvida propôs a elaboração de uma carta argumentativa, na qual os estudantes deveriam mencionar os problemas decorrentes em suas comunidades (bairros) ou na cidade de Santa Maria e propor soluções a autoridades locais. Após a elaboração do texto, a atividade propôs que os alunos enviassem a carta para algum vereador de nossa cidade, a fim de obterem um retorno referente aos problemas apontados e às sugestões de melhoria.

A prática de produção textual mencionada foi realizada com vinte e sete alunos do segundo ano do ensino médio. Todos os alunos enviaram a carta, conforme foi solicitado, o que, de fato, contribuiu para o sucesso da atividade, tendo em vista que os textos produzidos alcançaram o propósito almejado: os alunos agiram sobre um determinado interlocutor, constituindo uma relação social.

A maioria dos estudantes solicitou, em suas cartas, mudanças no transporte coletivo, alegando que “grande parte da população necessita desse meio como forma de deslocamento para seus ambientes de trabalho e estudo” (trecho da carta dos alunos A. & L., linhas 17 e 18,

⁶ Central das Letras. **Modelo de carta argumentativa.** Disponível em: <<http://centraldasletras.blogspot.com/2009/08/modelo-de-carta-argumentativa.html>> Acesso em: 20 mai/2011.

figura 1). Destacando, ainda, que a superlotação em certos horários é um dos principais problemas enfrentados pelos usuários.

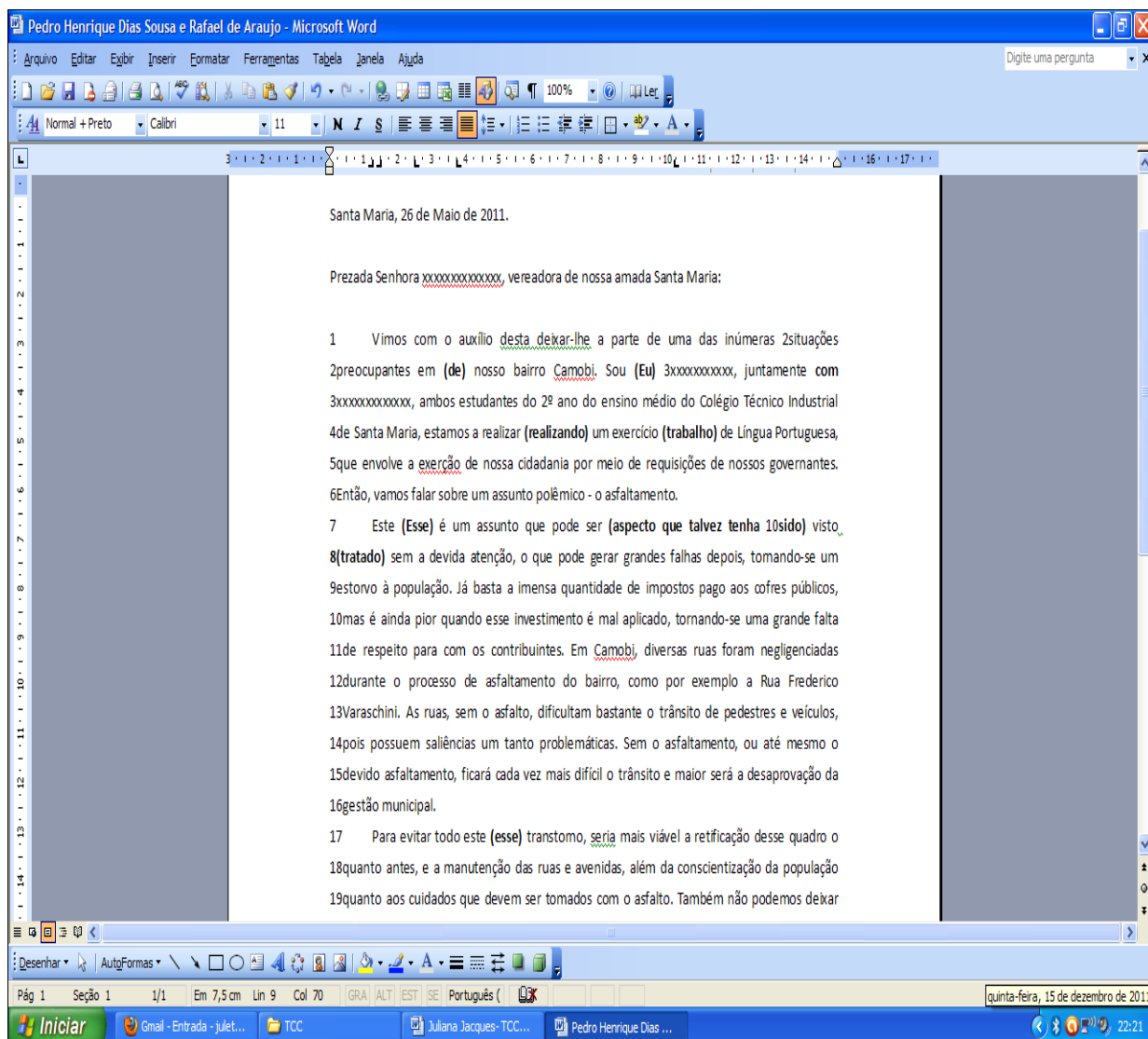


Figura 1: Carta dos alunos A. & L

Alguns alunos apontaram falhas no Sistema Integrado Municipal (SIM), salientando que esse modelo de transporte público seria realmente beneficiário à população:

se cumprisse com a proposta a qual se entende por “integração”, ou seja, o pagamento de uma única tarifa para se deslocar pela cidade em determinado tempo, levando-se em consideração as condições e particularidades do transporte coletivo de nossa cidade. (trecho da carta dos alunos F. B. & F. L., linhas 21 a 25, figura 2).

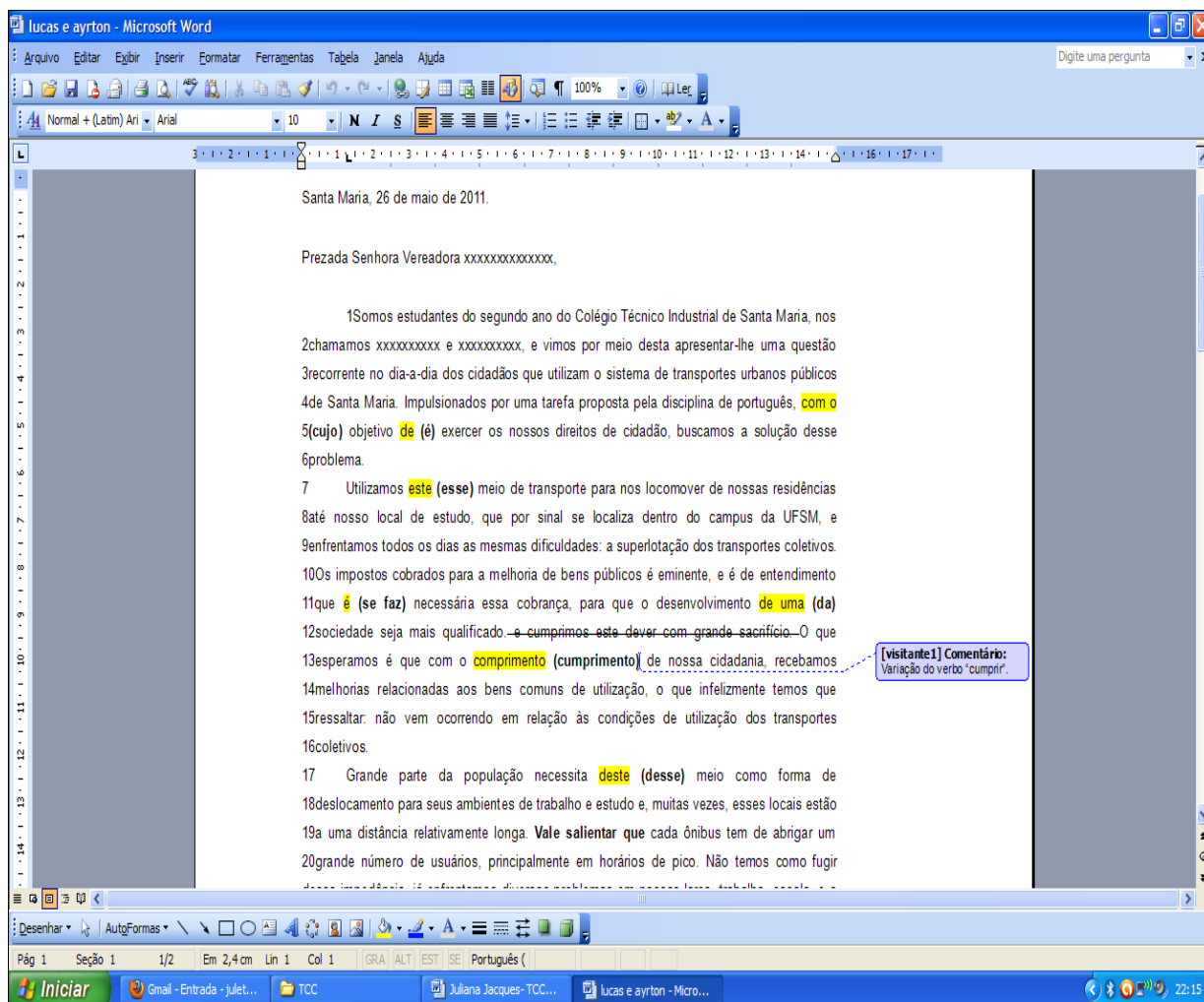


Figura 2: Carta dos alunos F. B. & F. L

Outros alunos destacaram problemas de pavimentação nas ruas, ressaltando que essa questão “dificulta bastante o trânsito de pedestres e veículos” (trecho da carta do aluno R.H.A., linha 13, figura 3).

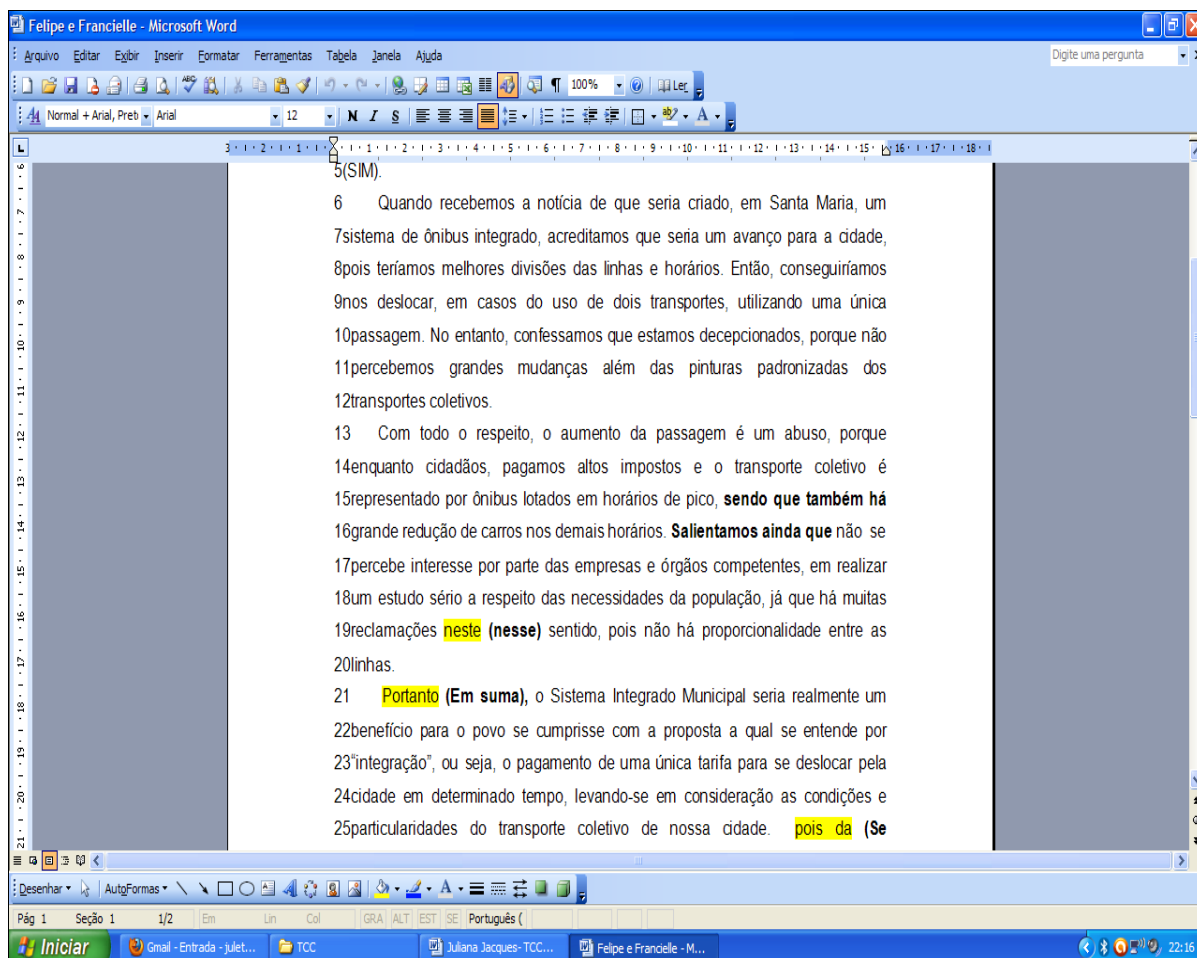


Figura 3: Carta do aluno R.H.A

Já outros argumentaram a respeito da falta de segurança pública em seus bairros, destacando que, mesmo com os “frequentes assaltos e arrombamentos, há insuficiência no patrulhamento noturno nas ruas” e solicitaram que o poder público “intensificasse o sistema de segurança, viaturas e policiais, para reprimir a violência e tranquilizar os moradores da região” (trecho da carta dos alunos A.; A.;S.; T., linhas 16 a 23, figura 4).

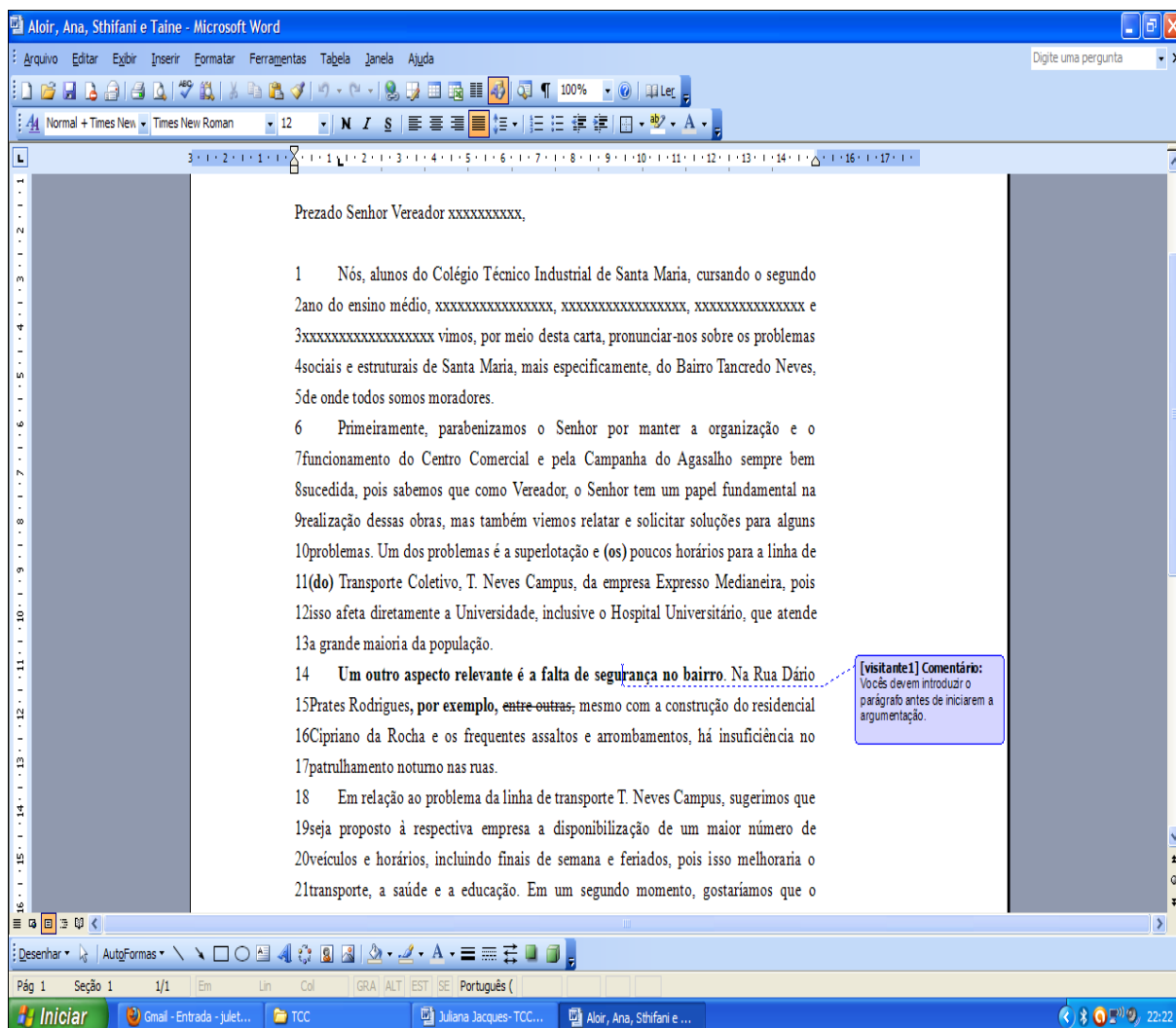


Figura 4: Carta dos alunos A.; A. ;S.; T.

Apesar de todos os alunos terem enviado suas cartas, apenas um vereador respondeu. Nos demais casos, os assessores responderam às mensagens comunicando que iriam repassar as cartas às autoridades, a fim de que as solicitações fossem analisadas e, se possível, atendidas.

A carta, que obteve resposta da autoridade, argumentava a respeito das dificuldades do transporte público municipal. A essa solicitação o vereador respondeu enfatizando que é “triste a realidade enfrentada pelos usuários do transporte coletivo” (figura 5) e ressaltou que faz parte de uma comissão que busca a melhoria do sistema viário de Santa Maria. Além disso, sugeriu uma reunião com os alunos para conversarem detalhadamente sobre o assunto.



Figura 5: resposta de um vereador, enviada por e-mail.

3 Conclusão

Ao analisar as atividades desenvolvidas - leitura e discussão de texto, produção textual, conhecimento das características do gênero carta argumentativa, aspectos referentes à argumentação e processo interlocutivo - constata-se que a atividade contemplou os objetivos propostos no planejamento, tendo em vista que foi possível trabalhar todos os aspectos pautados no uso real da linguagem.

Vale salientar que, ao trabalhar a re-escrita dos textos, a partir das sugestões feitas, foi possível explorar as diferentes formas de uso da linguagem, como também auxiliar os estudantes na reorganização das ideias, ajudando-os a esclarecer a intencionalidade do discurso. Além disso, as discussões desencadeadas em sala de aula geraram trocas de informações e, conseqüentemente, aprofundamento sobre o tema proposto.

A atividade propiciou, ainda, a reflexão sobre o uso da linguagem como ato social. A leitura do texto e as discussões mediadas no decorrer do processo proporcionaram a discussão da amplitude da cidadania, bem como da possibilidade de participação ativa na vida social e na tomada de decisões. Desse modo, abordou-se a utilização da linguagem como forma de interação social, que se fortaleceu através do processo de interlocução.

Na ação interlocutiva, os recursos argumentativos foram essenciais para estabelecer a progressão comunicativa e efetivar o processo de persuasão e convencimento. Além disso, a elaboração das cartas, pautadas na intencionalidade de relatar os problemas existentes nas comunidades e solicitar providências a respeito, contribuiu para a reflexão do papel do indivíduo no contexto social.

Vale destacar que a carta argumentativa baseia-se, como a própria nomenclatura do gênero preconiza, na argumentação que, na concepção de Garcia (1981, p. 370), tem a função de “convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente.” Em outras palavras, o argumentar permite a manifestação de pontos de vista, bem como a defesa das ideias apresentadas, o que de fato ocorreu na medida em que os alunos produziram as cartas.

Portanto, o gênero carta argumentativa enfatiza a prática da linguagem como forma de interação humana, visto que, por meio da linguagem, “o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria levar a cabo, a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistiam à fala” (GERALDI, 2005, p. 41). Sendo assim, explora o aspecto interlocutivo da linguagem, através das articulações de argumentos para a construção do discurso.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares nacionais para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Volume 1. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: parte II - linguagem, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2000.

GARCIA, Othon Moacir. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 3 ed. 10 Impressão. São Paulo: Ática, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. – 8. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2007.

KÖCHE, Vanilda Salton et al. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; ELIAS, Vanda M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

Data de recebimento: 27 de setembro de 2012.

Data de aceite: 15 de novembro de 2012.